

## ◆ 1-Política Econômica

Ver Nota Técnica: Coeficientes de Comércio

### A continuação da valorização do dólar

A estratégia oficial de manutenção de pequenas desvalorizações reais e graduais do Real com a finalidade de recuperar a taxa real de câmbio tem sofrido, recentemente, percalços devido à valorização do dólar frente às principais moedas européias e ao iene - retoma-se, assim, a discussão feita no editorial da Sinopse Econômica nº 51. De fato, no período dezembro de 1996/julho de 1997, as moedas européias acumularam uma desvalorização expressiva frente ao dólar: o marco, de 18,7%; o franco francês, de 19,2%; e a lira italiana, de 17,4% - ver Gráficos 1.1 e 1.2. No que diz respeito ao iene, a desvalorização acumulada de dezembro de 1996 a julho de 1997 é de apenas 2,5%, entretanto, o fato é que no mês de julho reverteu-se a tendência de valorização do iene ante o dólar iniciada em abril - quando a cotação do iene em dólar atingiu o valor mais alto nos últimos anos.

Este movimento de valorização do dólar tem duas consequências importantes.

Por um lado, combinada com a desvalorização recente das moedas asiáticas, a valorização do dólar implica em uma perda de competitividade dos produtos brasileiros frente aos produzidos pelos países asiáticos, seus concorrentes no mercado internacional.

Por outro, a valorização relativa do real ante as moedas européias também implica em uma perda de competitividade dos produtos de exportação brasileiros frente aos produtos europeus. Quanto a este ponto, entretanto, cabe fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, da pauta total de exportações, os produtos mais sensíveis às flutuações da taxa real de câmbio são os manufaturados. Considerando-se que grande parte destes produtos são exportados do Brasil

TABELA 1.1  
EXPORTAÇÕES - BLOCOS ECONÔMICOS POR FATOR AGREGADO (JAN/JUL DE 1997, EM %)

	EJA	U.E.	ALADI	Outros
BASICOS	13,5	58,2	5,6	36,6
SEMIMANUFATURADOS	22,7	12,4	3,7	26,7
MANUFATURADOS	63,8	29,4	90,7	36,7
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: (1) Exclui operações especiais.

para os países da Aladi e para os Estados Unidos - que conjuntamente responderam por 64% do total exportado de manufaturados no período janeiro/julho de 1997 -, o processo de valorização do dólar frente às moedas européias não teria, desta forma, um impacto tão grave sobre as vendas externas dos bens manufaturados brasileiros. De fato, este processo de desvalorização das moedas européias afetaria apenas 30% do total exportado para a U.E. - ver Tabela 1.1. Tendo em vista que a metodologia de cálculo da taxa de câmbio real efetiva não capta este efeito, a sua tendência de queda como reflexo da valorização do dólar frente às outras moedas fortes pode estar refletindo uma situação mais desfavorável do que aquela que efetivamente se apresenta na realidade.

Em segundo lugar, muitos analistas acreditam que a valorização do dólar já tenha atingido um máximo e que a tendência a partir de agora seria de desvalorização. De qualquer forma, é de esperar que até a implantação do Euro no início de 1999, ainda persista um alto nível de incerteza quanto à evolução da paridade das moedas européias, o que poderá significar a continuidade de fuga de recursos em direção ao dólar<sup>1</sup>. Entretanto, a partir da introdução do Euro, a situação deverá se estabilizar, esperando-se o retorno da demanda por moedas européias e consequente desvalorização do dólar, o que favoreceria a melhora dos indicadores de taxa de câmbio efetiva.

Sendo assim, a sugestão do atrelamento da taxa de câmbio, que atualmente tem como referência apenas o dólar, a uma cesta de moedas estrangeiras a fim de que a evolução do câmbio pudesse refletir a valorização do dólar não faz muito sentido atualmente. Tendo em vista a possibilidade de enfraquecimento do dólar a médio prazo, caso a taxa de câmbio brasileira estivesse atrelada a uma cesta de moedas, isto impediria que as exportações brasileiras se beneficiassem dos ganhos decorrentes da desvalorização da moeda norte-americana.

Caso o Governo mantenha a política atual de desvalorizações da ordem de 7% acumulada ao ano, a fim de compensar os efeitos negativos da valorização do dólar frente às outras moedas fortes no curto prazo, isto exigirá a manutenção das taxas de juros em um patamar elevado - a fim de garantir um cupom cambial líquido atraente aos investidores externos -, o que, em uma trajetória de inflação declinante, implicará um certo custo fiscal, resultante do peso dos encargos com o pagamento dos juros reais incidentes sobre a dívida pública.

### ÍNDICE

- ◆ 2 - Nível de Atividade: PIB cresce 3,3% no segundo trimestre.....2
- ◆ 3 - Inflação: IPC-FIPE deverá registrar deflação em agosto.....3
- ◆ 4 - Finanças Públicas: Déficit operacional do setor público de 3,08% do PIB em 12 meses.....4
- ◆ 5 - Mercado Financeiro: Leilão de NBC-E reduz nível de incerteza do mercado.....5
- ◆ 6 - Setor Externo: Déficit comercial de US\$ 811 milhões no mês de julho.....6
- ◆ 7 - Operações do BNDES e da FINAME.....7
- ◆ Anexo Estatístico.....9
- ◆ Nota Técnica.....11

GRÁFICO 1.1

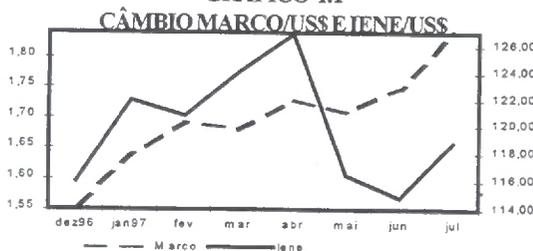
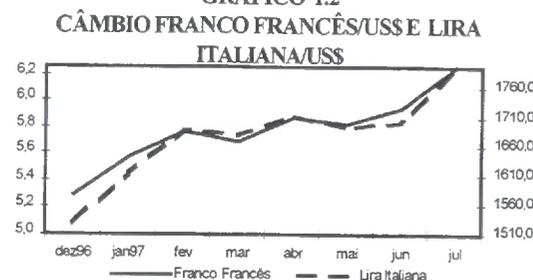


GRÁFICO 1.2



1- Ver "European Economic and Monetary Union: Recent Progress and Possible Implications for Latin America and the Caribbean", Inter-American Development Bank and Institute for European-Latin American Relations, 1997.

## ◆2 - Nível de Atividade

### PIB cresce 3,3% no segundo trimestre

O PIB trimestral registrou um crescimento expressivo de 3,3% - taxa dessazonalizada - no segundo trimestre de 1997, ante o trimestre imediatamente anterior - ver Tabela 2.1. Este resultado representou uma melhora significativa em relação ao primeiro trimestre de 1997, quando o PIB trimestral tinha apresentado uma queda de 0,7%, contra o quarto trimestre de 1996.

O crescimento do PIB no segundo trimestre, em relação ao primeiro, foi liderado pela indústria, com expansão de 4,1%. Neste setor, os destaques foram a indústria da construção civil e a indústria extrativa mineral, com crescimento de 7,1% e 6,4%, respectivamente, no período. No setor de serviços, o destaque ficou com o comércio, com expansão de 8,0% no período.

Quando ao comparativo trimestre/igual trimestre do ano anterior, o crescimento do PIB foi de 5,0%. Os destaques de crescimento ficaram com a indústria extrativa mineral, a produção animal, as indústrias de transformação e construção civil, o comércio e os transportes. No acumulado no primeiro semestre, o crescimento do PIB foi de 4,3%.

Nos três anos do Plano Real, o PIB acumulou um crescimento de 14,7% - série com ajuste sazonal. O destaque ficou com o setor de serviços, com uma expansão acumulada de 15,8% - comunicações (44,2%) e comércio (31,4%). A indústria, por sua vez, registrou um crescimento acumulado de 13,8% - extrativa (22,7%), construção (20,6%) e serviços industriais de utilidade pública (21,4%). Finalmente, a agropecuária apresentou um crescimento acumulado de 13,7% no período.

### IBGE e CNI apontam para crescimento da atividade industrial em junho, e FIESP aponta para uma pequena queda em julho

Segundo o IBGE, a produção física industrial em junho apresentou uma expansão de 2,1% ante maio - taxa dessazonalizada - ver Tabela 2.2. No comparativo junho de 1997/junho de 1996 - índice base fixa mensal -, houve um crescimento de 9,9%, a maior taxa registrada desde maio de 1995.

Todas as categorias de uso apresentaram um aumento de sua produção física em junho, contra maio. Os destaques de crescimento ficaram com bens de capital e bens de consumo duráveis, com expansão de 13,5% e 9,4% - taxas dessazonalizadas -, respectivamente, em sua produção física. O crescimento significativo da produção física de bens de consumo duráveis foi

TABELA 2.1  
PIB TRIMESTRAL - TAXA DE CRESCIMENTO  
DESSAZONALIZADA (TRIMESTRE/TRIMESTRE  
IMEDIATAMENTE ANTERIOR - %)

Período	PIB total	Agropecuária	Indústria	Serviços
1995 IV	1,8	2,4	1,4	2,1
1996 I	0,5	-0,3	1,3	0,1
II	1,8	0,9	2,5	1,5
III	2,6	5,3	3,4	1,3
IV	-0,1	-0,7	0,4	-0,4
1997 I	-0,7	-0,8	-0,8	-0,6
II	3,3	2,5	4,1	2,9

Fonte: IBGE.

TABELA 2.2  
ÍNDICE DE PRODUÇÃO  
COM AJUSTE SAZONAL Base 1991=100

Mês	1996	1997
Jan/97	109,8	118,7
Fev/97	109,4	117,8
Mar/97	111,0	118,5
Abr/97	111,8	120,4
Mai/97	113,8	118,4
Jun/97	112,3	121,4
Jul/97	118,2	
Ago/97	117,8	
Sep/97	118,8	
Out/97	118,4	
Nov/97	119,7	
Dez/97	117,5	
1996	114,8	118,5

Fonte: IBGE.

liderado pelo crescimento da indústria automobilística em junho.

Os últimos dados divulgados pela CNI referentes a junho, confirmam o crescimento da atividade industrial. Por outro lado, segundo a FIESP, em julho, o INA dessazonalizado apresentou uma pequena queda (0,6%) ante junho - ver Gráfico 2.2.

### ELETROS E FCESP apontam para um arrefecimento das vendas em julho

Os dados de vendas industriais de eletrodomésticos divulgados pela ELETROS apontam para uma nova redução das vendas dos principais produtos em julho, ante igual mês de 1996 - ver Tabela 2.3. A queda das vendas de eletrodomésticos nos últimos meses tem levado a um acúmulo de estoques por parte das empresas industriais, e sendo assim, poderá afetar negativamente a produção física dos eletrodomésticos e, conseqüentemente, a produção dos bens de consumo duráveis, nos próximos meses.

Em relação ao comércio varejista, dados da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP) mostraram uma redução de 1,9% - taxa dessazonalizada - do faturamento real em julho, ante junho. O destaque de queda ficou, mais uma vez, com os bens de consumo duráveis, com redução de 6,5% de seu faturamento real. O item concessionárias de veículos apresentou uma redução de seu faturamento real pelo terceiro mês consecutivo. Este resultado já começou a se refletir na produção de autoveículos. Segundo a ANFAVEA, a produção de autoveículos apresentou uma relativa estabilidade em julho ante igual mês do ano anterior, ante as altas taxas de crescimento registradas nos meses anteriores - ver Gráfico 2.3.

TABELA 2.3  
VENDAS INDUSTRIAIS DE ELETRODOMÉSTICOS

	1996		1997		Variação %	
	Jul(A)	Jan-Jul(B)	Jul(C)	Jan-Jul(D)	C/A	D/B
<b>Linha Branca</b>						
Refrigeradores	293	2161	261	2114	-10,9	-2,2
Freezers verticais	46	357	38	314	-17,6	-11,9
Condicionadores de ar	44	263	22	183	-50,6	-30,4
<b>Imagem e Som</b>						
Rádios - relógios	50	354	22	267	-55,1	-24,7
Sistemas de som	332	2082	216	1778	-34,9	-14,6
Televisores em cores	837	4801	706	4743	-15,6	-1,2
Videocassetes	263	1489	230	1489	-12,5	0,0
<b>Portáteis</b>						
Aspiradores de pó	65	343	58	336	-10,5	-2,2
Liquidificadores	262	2234	268	2096	2,6	-6,2
Ventiladores	95	1025	124	914	30,1	-10,8

Fonte: ELETROS.

GRÁFICO 2.2  
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE  
ÍNDICES DESSAZONALIZADOS  
BASE JUNHO DE 1994 = 100

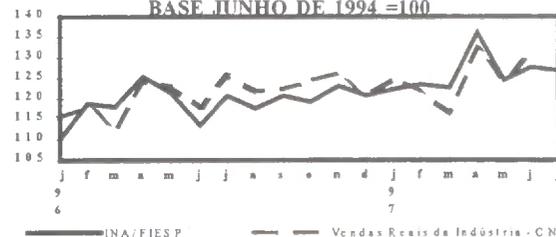


GRÁFICO 2.3  
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - ANFAVEA





105375012



AP/COPEC

### ◆3 - Inflação

#### Queda da inflação em julho puxada por preços ao consumidor

Em julho, a inflação prosseguiu com a trajetória de queda que vinha sendo registrada nos últimos meses. A média da variação acumulada em 12 meses dos índices IGP-DI, INPC e IPC-FIPE ficou em 5,73%, ou seja, 1,14 pontos percentuais abaixo da média acumulada em 12 meses de junho - ver Tabela 3.1.

Isto decorreu da continuidade da queda do IGP-DI e do INPC, mas principalmente da redução verificada no acumulado do IPC-FIPE, que foi de 5,81% em julho frente aos 7,08% de junho, devido ao fato do IPC mensal de julho/97 ter ficado em 0,11%, bastante menor que o 1,31% de julho/96.

A queda no IPC-FIPE mensal de julho/97 *vis-à-vis* o de junho/97 foi fruto das variações negativas dos seguintes itens: vestuário (-1,75%), devido ao adiantamento das liquidações proporcionado pelo inverno atípico; alimentação (-0,28%); despesas pessoais (-0,13%); e educação (-0,13%). Nota-se, mesmo no comportamento dos preços dos produtos *non-tradables* (em sua maioria, os serviços), uma tendência de redução da intensidade das variações, o que demonstra um possível esgotamento da capacidade destes setores de reajustar seus preços, não deprimidos pelo mecanismo da âncora cambial. A variação geral do IPC-FIPE, entretanto, acabou mostrando-se positiva, por força dos transportes, ainda refletindo um resíduo dos reajustes de tarifas recentemente autorizados, além dos itens habitação e saúde, cujas variações, embora tenham se reduzido, continuaram sendo positivas.

O IGP-M em agosto manteve-se em 0,09%, como havia sido registrado em julho. A principal pressão altista veio do IPA-M, que passou de uma deflação de 0,28% em julho para uma variação positiva de 0,09% em agosto. Este resultado foi um reflexo das influências de seus dois componentes. Por um lado, o IPA agrícola foi afetado pela alta de bovinos e aves, além dos grãos (milho, trigo e soja), cujos preços

internacionais elevaram-se devido a restrições na oferta norte-americana. Por outro lado, o IPA industrial foi pressionado pelos grupos de papel e papelão e metalurgia e mecânica, estes últimos ainda sob o efeito dos aumentos dos preços de aços planos e derivados.

O INCC em agosto foi de 0,55% ante os 0,94% de julho. O IPC-M por sua vez, registrou uma variação de -0,05% caindo 0,47 pontos percentuais em relação ao mês anterior, o que acabou contribuindo para a manutenção do patamar do IGP-M.

#### IPC-FIPE deverá registrar deflação em agosto

Para este mês espera-se uma variação do IPC-FIPE em torno de 1% negativo. Pode-se prever um comportamento deste tipo a partir da observação dos números das três primeiras quadrissemanas de agosto. Estas registraram, respectivamente, variações negativas de 0,28%, 0,54% e 0,88%, determinadas principalmente por quedas nos grupos de vestuário e alimentação. Além disso, o grupo educação também registrou variação negativa.

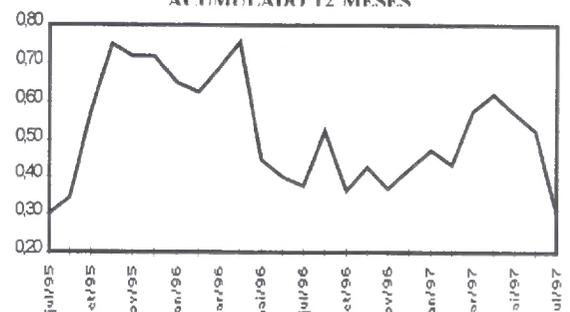
#### Maior convergência de indicadores

Os diversos índices de preços na economia (IPA-Agrícola, IPA-Industrial, INPC-IBGE, IPC-FIPE, IPC-FGV (IGP) e INCC) têm apresentado uma maior convergência. O indicador de dispersão entre os mesmos, medido pelo quociente entre o desvio padrão e a média, vem registrando uma queda contínua no acumulado em 12 meses, desde abril, acentuando-se ainda mais em julho - ver Gráfico 3.1. Vale destacar que um dos principais determinantes deste fenômeno é o fato do IPA-Agrícola ter variado negativamente no mês de julho, trazendo o acumulado em 12 meses para 10,11%, *vis-à-vis* os 15,96% do acumulado em 12 meses de junho. Assim, este índice se aproxima mais dos outros considerados, cujos acumulados em 12 meses de julho giraram em torno dos 5 a 6%, reduzindo assim, o desvio padrão, e conseqüentemente o coeficiente de variação.

TABELA 3.1  
VARIACÃO ACUMULADA EM 12 MESES

Mês	Índices de preços				Em %
	IGP-DI	INPC	FIPE	Média	
ago96	8,50	14,28	13,86	12,21	
Set	9,83	12,98	13,11	11,97	
Out	9,82	11,84	12,10	11,25	
Nov	8,68	10,55	11,18	10,14	
Dez	9,34	9,12	10,04	9,50	
jan97	9,11	8,42	9,40	8,98	
Fev	8,75	8,14	8,98	8,62	
Mar	9,77	8,56	8,96	9,09	
abr	9,65	8,20	7,91	8,59	
maio	8,16	6,95	7,07	7,39	
junho	7,60	5,92	7,08	6,87	
julho	6,54	4,85	5,81	5,73	

GRÁFICO 3.1  
INDICADORES AGREGADOS - ÍNDICE DE DISPERSÃO ACUMULADO 12 MESES



## ◆4 - Finanças Públicas

### Necessidades de Financiamento do Governo Central em julho

Segundo a Secretaria de Política Econômica (SPE), as Necessidades de Financiamento Líquidas do Governo Central - que inclui o Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central do Brasil - apontaram, em julho, para um superávit primário de R\$ 198 milhões, ante o superávit de R\$ 173 milhões em maio - ambos a preços de julho de 1997. Este resultado decorreu, principalmente, do crescimento real de 15,9% da Receita do Tesouro no período. Quanto às despesas, destacam-se o aumento das despesas com pessoal resultante do adiantamento de metade do 13º salário, e a expansão dos gastos com os benefícios previdenciários, refletindo ainda o reajuste de 7,8%, vigente a partir de 1º de junho.

No acumulado no ano, o Governo Central acumula um superávit primário de 0,25% do PIB, ante o 0,71% de igual período de 1996 - resultado que leva em conta o resultado do item discrepância estatística, resultante das diferenças de apuração entre a SPE e o Banco Central. As despesas com juros reais, por sua vez, atingiram 1,59% do PIB,

GRÁFICO 4.1



GRÁFICO 4.2

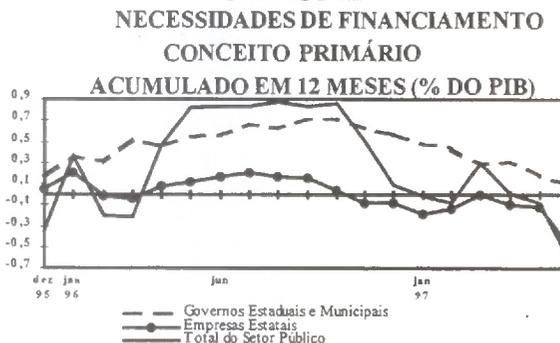


TABELA 4.1

### NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)

Conceito Operacional(1) -Acumulado em 12 meses

Meses	Em % do PIB			
	Total	Gov. Federal c Baen	Gov. Estaduais e Municipais	Empresas Estatais
dez 95	4,79	1,63	2,31	0,84
jan 96	5,49	2,05	2,47	0,97
fev	5,10	1,88	2,46	0,76
mar	5,12	1,75	2,67	0,70
abr	5,49	2,29	2,44	0,76
mai	5,53	2,44	2,35	0,74
jun	5,45	2,38	2,32	0,75
jul	5,39	2,26	2,37	0,76
ago	5,22	2,34	2,20	0,67
set	4,90	2,14	2,17	0,60
out	4,91	2,27	2,16	0,67
nov	4,48	2,14	2,01	0,33
dez	3,88	1,67	1,88	0,32
jan 97	3,64	1,67	1,76	0,21
fev	3,39	1,49	1,66	0,24
mar	3,58	1,77	1,45	0,36
abr	3,40	1,57	1,54	0,29
mai	3,47	1,70	1,47	0,30
jun	3,08	1,65	1,46	-0,04

Nota: (1) Deflator: IGP-DI.

abaixo do 1,92% do PIB do acumulado janeiro/julho de 1996.

Apesar da queda do pagamento dos juros reais sobre a dívida, o déficit operacional do Governo Central apresentou uma piora - atingindo 1,34% do PIB, ante o 1,21% do PIB do acumulado nos primeiros 7 meses de 1996 -, em razão da deterioração do resultado primário.

### Déficit operacional do setor público de 3,08% do PIB em 12 meses

O resultado operacional das Necessidades de Financiamento do Setor Público consolidado - que inclui Governo Central, Estados, Municípios e empresas estatais -, segundo a metodologia do Banco Central, foi de um déficit de 3,08% do PIB no acumulado em 12 meses até junho, significativamente abaixo dos 3,88% do PIB registrados no acumulado em 12 meses até dezembro de 1996.

Tendo em vista que houve um aumento das despesas com juros reais incidentes sobre a dívida pública em relação ao acumulado 12 meses até maio - ver Gráfico 2.1 -, a melhora do resultado operacional no acumulado 12 meses até junho decorreu, principalmente, do aumento do superávit primário do setor público, com destaque para o resultado das empresas estatais - ver Gráfico 4.2. Os Estados e Municípios, por sua vez, continuaram apresentando uma melhora em seu resultado primário, registrando um déficit de 0,10% do PIB no acumulado 12 meses até junho, ante um déficit de 0,57% no acumulado 12 meses até dezembro de 1996.

E possível que o resultado operacional do setor público apresente alguma piora no acumulado 12 meses até julho, tendo em vista o aumento das despesas do Governo Central apontado pela SPE e já comentado no primeiro item desta seção.

### Mudança na metodologia de cálculo da dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público - como proporção do PIB - apresentou em junho uma queda em relação à dezembro de 1996 - ver Tabela 4.2. Este resultado refletiu, em grande medida, a contabilização, a partir de junho, dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste - originados de transferências da União de recursos fiscais arrecadados pelo Imposto de Renda e IPI, a partir de 1988 - como ativos da União, o que contribuiu para um abatimento da dívida.

TABELA 4.2

### DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (1)

Composição	1994	1995	1996	Em % do PIB	
				Mar	Jun
<b>Dívida interna</b>	17,0	21,4	27,9	27,4	26,1
Governo Central	2,9	6,5	12,4	11,9	10,7
Títulos públicos	11,2	15,3	22,1	22,7	23,0
Créditos do BC	-4,5	-5,2	-8,8	-8,8	-9,8
FAT	-1,9	-2,5	-2,6	-2,7	-2,7
Demais contas	-1,9	-1,1	1,7	0,7	0,2
Gov. estaduais e municipais	9,2	10,1	11,5	11,6	12,3
Dívida mobiliária	4,5	5,4	6,4	6,4	6,6
Dívida bancária	4,4	4,7	5,1	5,2	5,7
Demais contas	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas estatais	4,9	4,8	4,0	3,9	3,1
<b>Dívida externa</b>	8,2	5,4	4,0	4,2	4,3
Governo Central	6,0	3,4	1,6	1,8	2,0
Gov. estaduais e municipais	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4
Empresas estatais	1,9	1,7	2,0	2,0	1,9
<b>Dívida total</b>	25,2	26,8	31,9	31,6	30,4
Governo Central	8,9	9,9	14,0	13,7	12,7
Gov. estaduais e municipais	9,5	10,4	11,9	12,0	12,7
Empresas estatais	6,8	6,5	6,0	5,9	5,0
<b>Dívida total</b>	25,2	26,8	31,9	31,6	30,4
Dívida fiscal	25,2	26,8	30,0	29,7	29,6
Ajuste patrimonial	0,0	0,0	1,9	1,9	0,8

Nota: Exclui base monetária.

Fonte: Banco Central.

## ◆5 - Mercado Financeiro

### TBC e TBAN permanecem estáveis por mais um mês

O Banco Central manteve para o mês de setembro a TBC e a TBAN em 1,58% e 1,78%, respectivamente, nos mesmos níveis fixados desde o mês de abril - ver Gráfico 5.1.

A continuidade da crise nos países asiáticos levou à adoção de uma atitude cautelosa por parte do Banco Central, a fim de preservar o valor do cupom cambial em um nível atraente aos investimentos externos, dada a manutenção da política de correção gradual do câmbio - ver Tabela 5.1 e Gráfico 5.2. Sendo assim, a retomada da política gradual de redução das taxas de juros foi, mais uma vez, adiada.

A manutenção das taxas de juros básicas por seis meses consecutivos no mesmo patamar do mês de abril, frente a uma trajetória de inflação declinante, tem se refletido, nos últimos meses, em um aumento dos juros reais e, conseqüentemente, das despesas com juros reais incidentes sobre a dívida pública - ver Gráfico 4.1 na seção Finanças Públicas -, representando, assim, um ônus adicional às contas públicas. Caso a inflação continue caindo como esperado, e as taxas de juros nominais básicas permaneçam estáveis, este problema poderá prosseguir nos próximos meses.

GRÁFICO 5.1

EVOLUÇÃO DAS TAXAS NOMINAIS DE JUROS

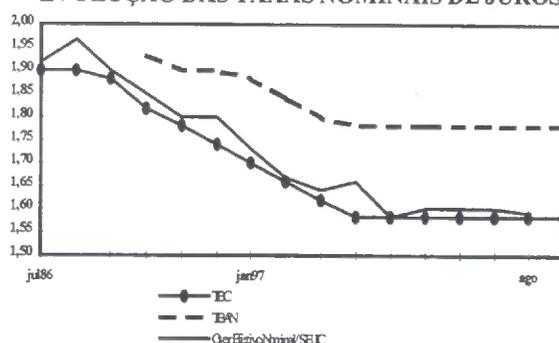


GRÁFICO 5.2

DESVALORIZAÇÃO NOMINAL DO CÂMBIO (%)

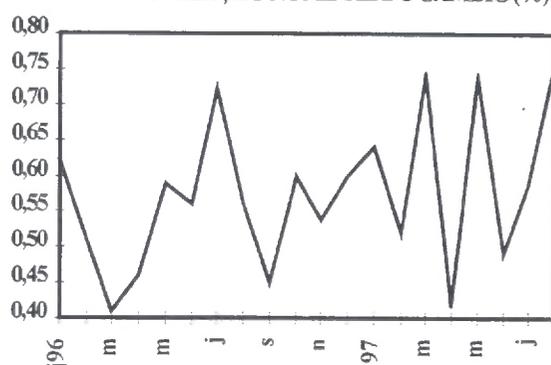


TABELA 5.1  
CUPOM CAMBIAL LÍQUIDO EM US\$ (1)

Meses	Mensal	Mensal Anualizado	Em %
			Últimos 12 meses
jan96	1,56	20,46	22,80
fev	1,48	19,28	22,71
mar	1,47	19,15	26,37
abr	1,29	16,68	25,88
mai	1,11	14,19	21,89
jun	1,11	14,14	21,26
jul	0,91	11,42	20,12
ago	1,11	14,14	19,49
set	1,16	14,84	17,93
out	0,97	12,24	17,00
nov	0,98	12,48	15,93
dez	0,92	11,68	15,02
jan97	0,83	10,36	14,18
fev	0,89	11,28	13,52
mar	0,65	8,07	12,61
abr	0,99	12,51	12,26
mai	0,60	7,42	11,69
jun	0,87	10,90	11,43
jul	0,77	9,58	11,27
ago	0,59	7,28	10,70

Nota: (1) Comparação da taxa SELIC com a variação cambial. Desconta o Imposto de Renda de 15%.

As projeções do mercado futuro apontam para uma taxa efetiva de juros nos próximos meses de 1,62% em setembro, 1,65% em outubro, e 1,66% em novembro.

### Leilão de NBC-E reduz nível de incerteza do mercado

A decisão do Banco Central de leiloar R\$ 1 bilhão em Notas do Banco Central - Série Especial (NBC-E, com correção cambial) -, reduziu a incerteza no mercado financeiro decorrente da expectativa de uma correção mais acelerada do câmbio nos próximos meses. Com a compra de títulos com correção cambial, os mais pessimistas do mercado sentem-se mais protegidos contra uma eventual aceleração das desvalorizações cambiais, não tendo que recorrer com tanta freqüência ao mercado futuro para fazer *hedge*, o que contribui para uma menor especulação sobre o valor do câmbio.

O Banco Central conseguiu colocar os títulos em condições mais favoráveis - quanto ao prazo e ao preço - do que as registradas no leilão de 25 de março, com taxa de 10,19% por um ano, ante o prazo de 6 meses e juros de 11,48% do leilão anterior.

No sentido de estimular o alongamento das aplicações, o Governo também vendeu - no dia 29 de agosto - dois lotes de Notas do Tesouro Nacional, com correção cambial (NTN-D). O primeiro, com vencimento em três anos, totalizou R\$ 718 milhões, e saiu à taxa de 10,20%. O segundo lote em um valor da ordem de R\$ 252 milhões, foi vendido à taxa de 10,25%.

## ◆6 - Setor Externo

### Déficit comercial de US\$ 811 milhões no mês de julho

As exportações físicas no mês de julho totalizaram US\$ 5238 milhões, 8,2% superior às registradas no mês de junho. Na comparação com igual período do ano passado, as vendas físicas externas brasileiras registraram um crescimento de 17,5%. Já o valor total das importações foi de US\$ 6049 milhões no mês de julho, que em relação a junho e a igual período do ano passado apresentou um crescimento de 13,9% e 26,2%, respectivamente. O maior dinamismo das exportações, no mês de julho, não foi suficiente para suavizar o desequilíbrio comercial, uma vez que o crescimento das vendas externas brasileiras foi mais do que compensado pelo elevado aumento das importações, o que originou, por sua vez, um déficit comercial de US\$ 811 milhões - bem acima dos US\$ 466 milhões registrados no mês anterior.

Ao analisarmos os valores mensais dessazonalizados das importações e das exportações físicas, é constatado uma recuperação das exportações dessazonalizadas nos últimos meses, que por outro lado, foi mais do que compensada por um maior dinamismo das importações dessazonalizadas - ver Gráfico 6.1.

Ao observarmos, em particular, o crescimento das exportações no acumulado do ano até julho em comparação a igual período do ano passado, os produtos básicos continuam liderar as vendas externas brasileiras com uma taxa de crescimento de 32,9% - o que pode ser explicado por uma combinação do aumento do volume exportado com uma elevação dos preços das commodities no mercado internacional - ver Tabela 6.1. Vale a pena destacar a evolução do item manufaturados, que apresentou em julho, pelo segundo mês consecutivo, uma taxa de crescimento positiva. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, os manufaturados apresentaram um crescimento de 22,5% em junho e de 11,5% em julho - ver Gráfico 6.2.

Já em relação às importações desagregadas, no acumulado do ano até julho em comparação com o mesmo período do ano passado, a participação dos bens de capital na pauta de importação voltou a subir, passando de 38,4% em junho para 41,0% no mês de julho - o que pode sinalizar um maior dinamismo do processo de investimento direto no país - ver Tabela 6.2. Por outro lado, as importações de

GRÁFICO 6.1  
IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES  
DESSAZONALIZADAS - VALORES MENSALS, EM  
US\$ MILHÕES

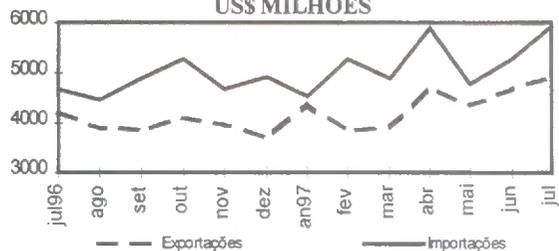


GRÁFICO 6.2  
EXPORTAÇÕES: VARIAÇÃO MENSAL EM  
RELAÇÃO A IGUAL MÊS DO ANO ANTERIOR(%)



matérias-primas e produtos intermediários permaneceram relativamente estáveis passando de 21,2% em junho para 21,6% em julho. Vale a pena destacar o desempenho da importação de bens de consumo, que nos últimos meses vem caindo em comparação com igual período do ano passado, o que pode ser explicado pela redução do consumo interno.

### Agosto acumula um déficit de US\$ 78 milhões até a quarta semana

As exportações físicas até a quarta semana de agosto totalizaram US\$ 3932 milhões, o que corresponde a uma média diária de US\$ 245,8 milhões, 23,5% superior à média diária de agosto/96.

Já o valor das importações físicas até a quarta semana de agosto foi de US\$ 4010 milhões, o que corresponde a uma média diária de US\$ 250,6 milhões, 18% superior à média diária de agosto/96.

O mês de agosto acumula um déficit comercial, até o dia 22 (inclusive), de US\$ 78 milhões, podendo se concretizar no menor déficit verificado nos últimos meses. Vale lembrar, entretanto, que a última semana do mês costuma concentrar um maior volume de importação, devendo esta trajetória ser revertida.

TABELA 6.1  
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO

Itens	Em US\$ milhões FOB		Var.%
	Jan-Jul 1997	1996	
Básicos	9.251	6.961	32,9
Industrializados	20.295	19.885	2,1
Semimanufaturados	4.722	4.748	-0,5
Manufaturados	15.573	15.137	2,9
Ops. Especiais	479	516	-7,2
Total	30.025	27.362	9,7

Fonte: MICT - SECEX.

TABELA 6.2  
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO

Itens	Em US\$ milhões FOB		Var.%
	Jan-Jul 1997	1996	
Materias primas e bens intermediários	16257	13366	21,6
Combustíveis e lubrificantes	3334	3168	5,2
Bens de capital	9213	6.533	41,0
Bens de consumo	6742	4.941	36,4
Não-duráveis	3349	2.723	23,0
Automóveis	1384	716	93,4
Outros duráveis	2009	1.503	33,6
Total	35.546	28.008	26,9

Fonte: Receita Federal.

## ◆7 - Operações do BNDES e FINAME

### A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do Sistema BNDES registrou um crescimento real de 20% no acumulado 12 meses até julho de 1997, a taxa mais alta desde janeiro de 1997 quando o crescimento acumulado em 12 meses até aquele mês tinha sido de 23% - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, prosseguiram em queda. Entretanto, o resultado do acumulado 12 meses até julho confirmou a trajetória de redução da queda real iniciada nos últimos meses: após atingir 31% no acumulado 12 meses até março de 1997, a queda real foi de 15% no acumulado 12 meses até julho de 1997.

O valor das aprovações do Sistema BNDES cresceu 29% em termos reais no acumulado 12 meses até julho de 1997. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, caiu novamente, apresentando, entretanto, uma queda real de 6% no acumulado 12 meses até julho, significativamente inferior à taxa registrada no acumulado 12 meses até janeiro que foi de 37%.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do Sistema BNDES registrou uma queda real de 1,0% no acumulado 12 meses até julho de 1997. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou um crescimento real de 21% no acumulado 12 meses até julho de 1997.

### Desembolsos por tipo de operação e empresa do sistema

Os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram o montante de R\$ 7,3 bilhões - a preços de julho de 1997 - no período de janeiro a julho de 1997, 26% superior ao resultado registrado em igual período de 1996 - ver Tabela 7.1. No que diz respeito ao BNDES, seus desembolsos apresentaram um crescimento real de 62% no primeiro semestre de 1997, ante mesmo período de 1996. Este resultado foi liderado pelo crescimento real de 84% dos desembolsos com as operações diretas. As operações indiretas, por sua vez, registraram uma expansão real de 30% do valor das liberações. Em relação às subsidiárias, a BNDESPar registrou uma queda real de 24% do valor desembolsado. A FINAME, por sua vez, apresentou uma queda real de 5% dos desembolsos no acumulado janeiro/julho de 1997, ante igual período de 1996.

### Distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1997 pode ser observada na Tabela 7.2. Vale ressaltar

a recuperação dos desembolsos reais para a indústria de transformação, que após uma queda de 16% no acumulado no ano até junho, apresentaram um crescimento real de 7% no acumulado até julho, ante o mesmo período de 1996.

Os destaques de crescimento ficaram com os setores de infra-estrutura e agropecuária cujos desembolsos apresentaram um crescimento real de 49% no período - ver Tabela 7.3. O setor de serviços, por sua vez, registrou uma queda real de 40% do valor das liberações no acumulado janeiro/julho de 1997, ante o mesmo período do ano anterior.

TABELA 7.1

#### DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	Em R\$ milhões		
	1996	1997	Var. %
<b>BNDES</b>	2.979	4.818	61,7
Op. Diretas	1.750	3.220	84,0
Op. Indiretas	1.229	1.597	29,9
<b>FINAME</b>	1.727	1.639	-5,1
<b>BNDES par</b>	1.091	834	-23,6
<b>Total</b>	5.798	7.291	25,8

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Acumulado até julho de cada ano, a preços de julho de 1997 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2

#### TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)

#### DESEMBOLSOS

Meses	Em %			TOTAL
	AGROP.	IND. TRANSF.	OUTROS	
jan97	-29,7	46,8	14,8	22,2
fev	12,0	-14,4	-11,1	-11,2
mar	-3,5	-32,0	9,7	-12,2
abr	21,9	-24,6	24,0	-0,9
maio	48,2	-21,8	11,4	-0,3
junho	50,9	-16,1	48,9	19,4
julho	48,6	7,2	39,5	25,8

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3

#### DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1996	1997	Var. %	Part % 1997
<b>TOTAL</b>	5.798	7.291	25,8	100,0
<b>AGROPECUÁRIA</b>	493	733	48,6	10,1
<b>IND. DE TRANSFORMAÇÃO</b>	2.603	2.790	7,2	38,3
METALURGIA	453	633	39,6	8,7
MECÂNICA	256	307	19,9	4,2
MATERIAL DE TRANSPORTE	266	197	-25,9	2,7
CELULOSE E PAPEL	278	237	-14,7	3,3
QUÍMICA, P.F., PERF., S. E VELAS	223	237	6,2	3,2
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	592	731	23,6	10,0
OUTRAS	534	447	-16,3	6,1
<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	1.597	2.377	48,8	32,6
<b>SERVIÇOS</b>	986	615	-37,6	8,4
<b>OUTROS</b>	118	776	559,1	10,6

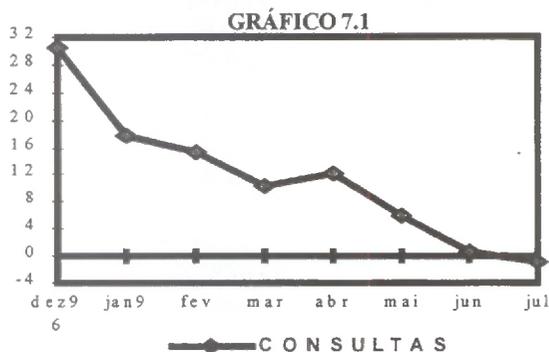
Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Acumulado até julho de cada ano, a preços de julho de 1997 - deflator: IGP-DI.

# ◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês vis-à-vis acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

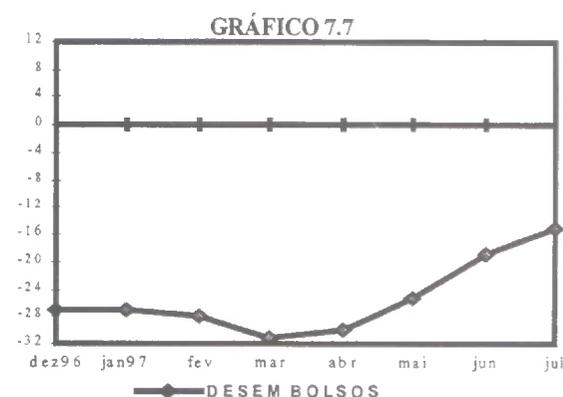
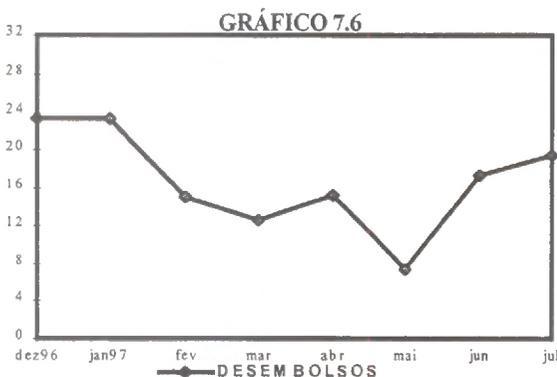
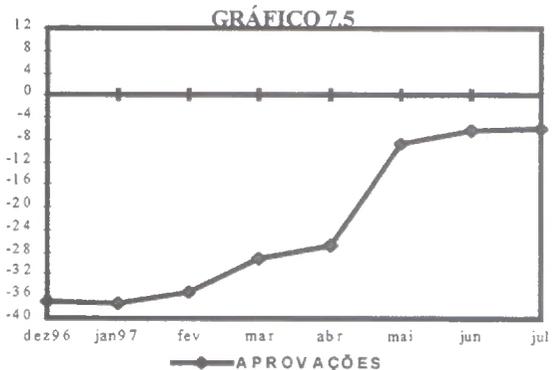
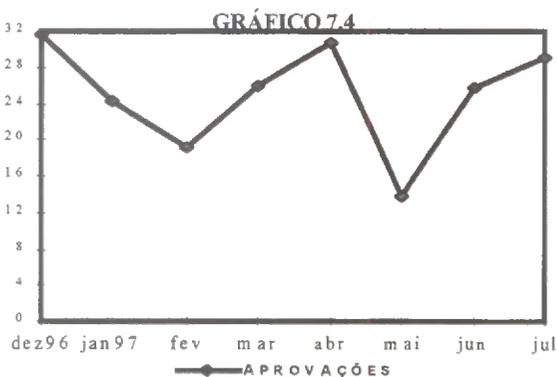
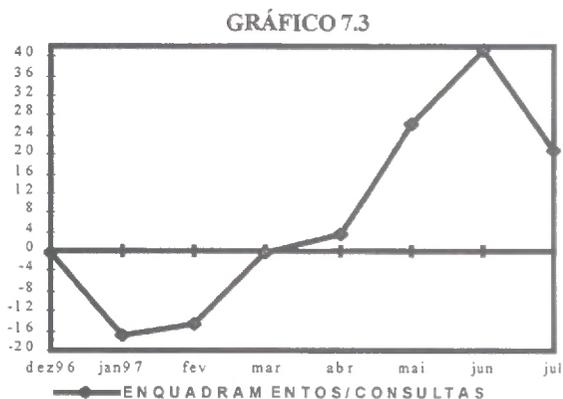
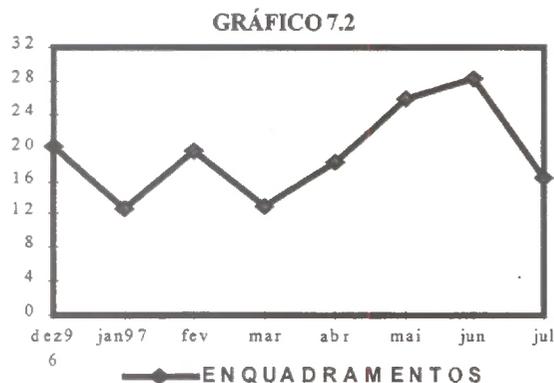
## SISTEMA BNDES(1)



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.  
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2.

Notas: (1) ) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.  
Deflator: IGP-DI.

## FINAME



## EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M/ FGV			Dólar Comercial (var.%(1))			Unid. Monet. BNDES (2)			Encargos Cesta de Moedas do BNDES (3)
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	
Jan/96	1,73	1,73	16,16	0,63	0,63	16,24	-0,80	-0,80	14,55	6,6481
fev	0,97	2,72	15,68	0,57	1,20	15,60	0,04	-0,76	13,33	6,6481
mar	0,40	3,13	14,86	0,39	1,60	10,28	-0,32	-1,08	3,04	6,6481
abr	0,32	3,46	12,86	0,46	2,06	8,72	-0,20	-1,28	-3,00	6,5518
mai	1,55	5,06	13,94	0,59	2,66	10,21	-0,21	-1,48	-3,79	6,5518
jun	1,02	6,13	12,34	0,60	3,28	8,94	-0,28	-1,76	-4,87	6,5518
jul	1,35	7,57	11,82	0,68	3,98	8,04	1,52	-0,27	-4,36	7,4037
ago	0,28	7,87	9,72	0,56	4,56	6,94	1,19	0,92	-0,87	7,4037
set	0,10	7,97	10,62	0,45	5,03	7,07	-1,46	-0,55	1,13	7,4037
out	0,19	8,18	10,26	0,60	5,66	6,83	-0,76	-1,31	-0,72	7,4372
nov	0,20	8,40	9,17	0,54	6,24	6,88	0,04	-1,27	-0,69	7,4372
dez	0,73	9,19	9,19	0,60	6,87	6,87	-0,83	-2,09	-2,09	7,4372
Jan/97	1,77	1,77	9,23	0,64	0,64	6,88	-3,60	-3,60	-4,85	7,0112
fev	0,43	2,21	8,65	0,52	1,16	6,83	-0,36	-3,95	-5,23	7,0112
mar	1,15	3,38	9,46	0,74	1,91	7,20	-0,10	-4,04	-5,02	7,0112
abr	0,68	4,09	9,85	0,42	2,34	7,16	-1,16	-5,16	-5,94	7,4666
mai	0,21	4,30	8,40	0,74	3,10	7,32	4,40	-0,98	-1,59	7,4666
jun	0,74	5,08	8,10	0,49	3,60	7,21	-0,30	-1,28	-1,61	7,4666
jul	0,09	5,17	6,76	0,60	4,22	7,12	-1,92	-3,18	-4,94	8,0802
ago	0,09	5,27	6,55	0,76	5,02	7,33	1,10	-2,11	-5,03	8,0802

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composição da cesta de moedas do BNDES: Dólar (36%), Iene (22%), Lira Italiana (11%), Franco Suíço (10%) e demais (21%).

(3) Refere-se ao custo total da cesta, juros=IR, onde: 1º trim. - 16/01 a 15/04; 2º trim. - 16/04 a 15/07; 3º trim. - 16/07 a 15/10 e 4º trim. - 16/10 a 15/01.

## QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB(1)								FBKF		NFSP		Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(%DÓ PIB)		(%DÓ PIB)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ Bilhões)	
	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998
Banco de Boston	2,9	4,0	-	-	-	-	-	-	17,0	18,0	3,4	3,2	51,9	55,0	62,7	69,4	-10,8	-14,4	-	-
Fator	4,2	4,7	4,1	4,5	5,7	4,0	3,2	5,0	16,6	18,0	3,1	3,3	52,1	54,6	64,6	69,7	-12,5	-15,1	-35,6	-41,8
Garantia	3,2	4,2	3,2	4,5	4,7	5,0	2,8	3,6	-	-	2,9	-	53,0	-	65,2	-	-12,2	-	-35,8	-
JP Morgan	3,5	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-	3,2	-	52,1	-	65,1	-	-13,0	-	-37,9	-
LCA Consultores	4,2	4,7	4,1	4,5	5,7	4,0	3,2	5,0	16,6	18,0	3,2	3,4	52,1	54,6	64,6	69,7	-12,5	-15,1	-35,6	-41,1
Macrométrica	3,9	5,3	-	-	-	-	-	-	15,8	16,5	3,1	2,5	52,3	-	63,5	-	-11,2	-	-37,6	-
MCM Consultores	3,4	4,4	3,3	4,1	5,3	5,2	2,9	4,6	17,3	21,0	3,0	2,8	51,5	56,1	62,5	69,6	-11,0	-13,5	-36,3	-42,3
Nomura	3,8	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-	2,8	3,5	53,4	58,5	65,1	71,5	-11,7	-13,0	-33,3	-36,1
Rosemberg	3,4	3,8	3,7	3,0	4,0	4,5	2,9	4,2	17,0	18,0	3,0	2,8	51,0	55,0	62,0	68,0	-11,0	-13,0	-34,0	-38,0
Salomon Brothers	3,1	3,8	3,7	3,9	3,9	4,5	2,3	3,6	16,5	17,5	3,5	3,0	49,8	52,5	60,0	66,4	-10,2	-13,9	-	-
Trend Consultoria	3,5	3,2	3,0	3,2	4,9	5,2	3,2	2,8	-	-	3,3	3,0	52,7	-	64,2	-	-11,5	-	-35,6	-41,7
Média	3,6	4,2	3,6	4,0	4,9	4,6	2,9	4,1	16,7	18,1	3,1	3,1	52,0	55,2	63,6	69,2	-11,6	-14,0	-35,7	-40,2
Desvio Padrão	0,41	0,60	0,40	0,59	0,69	0,48	0,30	0,76	0,44	1,28	0,20	0,30	0,94	1,68	1,57	1,48	0,82	0,83	1,40	2,30

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

## INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC - FIPE				IGP - M			
	set	out	nov	1997	set	out	nov	1997
Banco Cindam	0,2	0,5	-	-	0,2	-	-	-
BBA	0,1	0,4	0,3	5,5	0,2	0,3	0,3	-
Citibank	0,2	0,5	0,5	5,5	0,2	0,3	-	6,3
Fator	-	-	-	5,6	-	-	-	6,5
Garantia	-	-	-	6,0	-	-	-	-
LCA	-	-	-	5,6	-	-	-	6,5
MCM Consultores	0,1	0,5	-	5,4	0,1	0,3	-	-
Rosemberg	0,2	0,3	0,3	5,3	0,1	0,3	0,4	-
Salomon Brothers	0,4	-	-	-	0,2	-	-	-
Trend	0,0	0,4	-	5,0	0,2	0,4	-	6,4
Média	0,2	0,4	0,4	5,5	0,2	0,3	0,3	6,4
Desvio Padrão	0,12	0,08	0,13	0,27	0,04	0,04	0,05	0,11

## ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	INPC	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
set	0,02	0,07	0,10	0,13	0,41	0,33	0,66	1,02	1,02	1,04
out	0,38	0,58	0,19	0,22	0,24	0,20	0,74	1,03	1,03	1,10
nov	0,34	0,34	0,20	0,28	0,24	0,36	0,81	1,03	1,03	1,10
dez	0,33	0,17	0,73	0,88	1,21	1,29	0,87	1,04	1,04	1,12
Acum. Ano	9,12	10,04	9,19	9,33	8,10	3,90	9,57	-	-	-
jan/97	0,81	1,23	1,77	1,58	1,67	0,36	0,74	1,04	1,05	1,09
fev	0,45	0,01	0,43	0,42	0,34	0,35	0,66	1,05	1,05	1,10
mar	0,68	0,21	1,15	1,16	1,59	0,15	0,63	1,06	1,06	1,15
abr	0,60	0,64	0,68	0,59	0,53	0,40	0,62	1,06	1,06	1,14
mai	0,11	0,55	0,21	0,30	0,14	0,16	0,64	1,07	1,07	1,14
jun	0,35	1,42	0,74	0,70	0,24	0,31	0,65	1,07	1,08	1,14
jul	0,18	0,11	0,09	0,09	-0,09	0,54	0,64	1,08	1,08	1,15
ago	-	-	0,09	-	-	-	0,63	1,09	1,09	1,14
Acum. Ano	3,22	4,24	5,27	4,93	4,49	2,29	5,33	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

## REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/96	17,79	0,03	0,83	2,83	-3,18	-1,08	0,46
fev	-4,69	0,49	1,36	-1,74	-0,96	-0,39	1,08
mar	-0,45	0,91	1,81	0,15	0,41	-0,01	1,48
abr	3,89	0,84	1,74	-1,18	2,39	0,14	1,38
maio	9,22	-0,45	0,45	-1,21	-1,24	-0,94	0,12
junho	4,45	0,09	0,94	-3,29	0,15	-0,41	0,72
julho	-0,04	-0,26	0,56	0,83	-1,33	-0,66	0,18
agosto	1,94	0,85	1,69	0,52	-0,47	0,28	1,22
setembro	2,89	1,06	1,80	-1,84	0,58	0,35	1,53
outubro	1,15	1,05	1,66	0,78	5,57	0,41	1,30
novembro	1,83	1,12	1,60	-1,14	-0,65	0,34	1,28
dezembro	4,84	0,64	1,06	-1,08	1,54	-0,13	0,73
Acum. no ano	49,96	6,54	16,63	-6,32	2,57	-2,09	12,09
jan/97	11,17	-0,51	-0,04	-8,21	-4,37	-1,11	-0,38
fev	10,37	0,73	1,23	5,28	0,49	0,09	1,14
mar	1,27	-0,02	0,48	-3,60	3,36	-0,40	0,28
abr	9,63	0,44	0,97	-3,29	-1,54	-0,25	0,63
maio	13,41	0,93	1,37	1,98	-0,65	0,53	1,10
junho	9,97	0,41	0,86	-2,40	-0,73	-0,25	0,69
julho	2,33	1,05	1,51	-4,36	1,23	0,51	1,23
agosto	-17,65	1,04	1,49	1,25	-1,39	0,67	1,23
Acum. no ano	43,17	4,13	8,14	-13,17	-3,72	-0,22	6,06

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

## CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	T/LP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicatas(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasses do BNDES(6)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
Jan/96	-	5,13	102,24	24,65	6,32	21,55	9,51	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
fev	-	5,13	88,48	25,50	6,11	20,75	9,43	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mar	18,34	5,35	83,45	25,07	5,77	18,99	9,29	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
abr	-	5,37	75,56	23,38	5,69	19,22	9,55	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mai	-	5,43	72,78	23,02	5,53	18,08	9,53	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jun	15,44	5,56	72,66	22,01	5,39	17,34	9,56	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jul	-	5,69	71,96	21,78	5,53	16,79	9,22	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
ago	-	5,56	71,45	21,34	5,16	15,69	9,61	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
set	14,97	5,62	69,58	20,22	5,17	15,30	9,47	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
out	-	5,28	67,99	23,44	5,09	16,26	10,77	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
nov	-	5,41	64,60	21,41	4,97	15,07	10,92	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
dez	11,02	5,46	61,26	20,50	4,75	15,07	11,13	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jan/97	-	5,53	61,63	19,19	4,71	14,04	10,40	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
fev	-	5,46	56,99	20,04	4,66	14,55	11,17	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mar	10,33	5,84	58,29	18,99	4,59	13,86	10,68	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
abr	-	5,81	58,70	18,47	4,50	13,60	10,18	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mai	-	5,88	58,20	17,60	4,47	13,76	10,90	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jun	10,15	5,76	57,71	16,26	4,43	12,60	10,06	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jul	-	5,62	57,34	15,11	4,42	14,12	9,90	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
ago(5)	-	5,74	58,81	15,33	4,28	14,91	9,91	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
set	9,40	-	-	-	-	-	-	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC: valores referentes ao dia 09/07/97.

## Nota Técnica:

### Mais uma vez coeficientes de comércio: os primeiros números para 1997

Maurício Mesquita Moreira (\*)

Em outubro de 1996 publicamos um trabalho relativo aos impactos da abertura sobre a indústria de transformação, onde procurávamos analisar, através de uma série de indicadores, qual teria sido o efeito da liberalização comercial sobre alocação de recursos e sobre a eficiência no setor.<sup>1</sup> Desde então, o debate sobre a abertura comercial se acirrou, particularmente em função da deterioração da situação do balanço de pagamentos, aumentando o interesse pelo tipo de indicadores com que trabalhamos no estudo. Respondendo a esse interesse, divulgamos em março desse ano uma atualização dos resultados relativos aos coeficientes de comércio, onde se procurou não só incluir o ano de 1996 (1989-95 era o período até então analisado), mas também aperfeiçoar a base de dados original.<sup>2</sup> Como de março para cá, nem a situação do balanço de pagamentos nem o interesse por esse tipo de indicador sofreram grandes alterações, nos pareceu oportuno fazer uma nova atualização, desta vez incluindo os dados para o primeiro semestre de 1997.

Assim como na última atualização, aproveitou-se a oportunidade para fazer novos aperfeiçoamentos na base de dados, desta vez aprimorando-se o tradutor responsável pela compatibilidade entre os dados de produção e comércio. Esse aprimoramento se fez necessário em função do aparecimento, ao longo do período examinado, de novos itens na pauta de comércio exterior e da recente adoção da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), em substituição à Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM-SH).

Os resultados são apresentados nas Tabelas 1 a 6. É importante primeiro observar que as tabelas apresentam dois dados para 1996. O primeiro dado que aparece é relativo ao ano de 1996 e o segundo, ao primeiro semestre. O objetivo é permitir uma comparação mais adequada com os dados do primeiro semestre de 1997.

Começando pelo resultado mais agregado (total da indústria), o que salta aos olhos é uma nova aceleração do coeficiente de penetração das importações, medido seja em relação ao consumo aparente (Tabela 1), seja em relação ao total da produção (Tabela 2). Analisando só a primeira medida, já que o comportamento das duas é bastante semelhante, o que se percebe é que depois de uma substancial desaceleração do seu crescimento em 1996 (a taxa de crescimento caiu de 39,6% em 1995 para 4% em 1996), ela volta a crescer aceleradamente no primeiro semestre de 1997, (26,4%, na comparação com igual período do ano anterior) chegando a um patamar de 17,7% do consumo aparente. Quando se compara o crescimento da economia e da indústria

(\*) Gerente da Geste 1 do Departamento Econômico do BNDES.

<sup>1</sup> Moreira e Correa (1996) "Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo." Texto para Discussão nº49. BNDES/Departamento Econômico, Outubro.

<sup>2</sup> Nota Técnica Ap/DEPEC nº9/97, março.

de transformação no primeiro semestre desses dois anos, a sugestão que fica é que esse indicador vem apresentando um comportamento bastante sensível ao nível de atividade. O PIB, que ficou praticamente estagnado no primeiro semestre de 1996 (0,1% em relação a igual período do ano anterior), cresceu 4,3% no primeiro semestre de 1997. Na indústria de transformação o contraste ainda foi maior: a produção física caiu 5,8% primeiro semestre de 1996 e cresceu 5,6% no primeiro semestre de 1997.

Por trás dessa sensibilidade ao nível de atividade podem estar fatores como uma mudança na composição dos gastos na economia e uma maior elasticidade-renda dos bens de consumo importados vis-à-vis os nacionais. Quanto ao primeiro argumento, a participação do investimento no PIB cresceu 4% entre esses dois períodos, chegando a 16,4%. O gasto de investimento tem tradicionalmente um conteúdo importado mais elevado, fato que foi acentuado pela abertura face à pouca competitividade da indústria de bens de capital nacional (ver Tabelas 4 e 5). Quanto ao segundo fator, os bens de consumo importados, particularmente no que diz respeito aos duráveis, tendem a ser produtos mais sofisticados, com uma demanda mais sensível ao crescimento da renda e do crédito, fenômenos que marcaram mais fortemente o comportamento da economia a partir do segundo semestre de 1996.

Qualquer que seja o motivo que leve às perdas de participação (relativas) da indústria nacional a serem maiores nos períodos de maior crescimento, o fato é que os números para o primeiro semestre de 1997 indicam que o processo de reestruturação, ao contrário do que o desempenho de 1996 poderia sugerir, ainda não perdeu fôlego.

Com relação às exportações, verifica-se pela primeira vez desde o início do processo de abertura, à exceção do ano de 1992, evidências de uma redução no coeficiente exportado. Na comparação com o primeiro semestre de 1996, a queda foi de 5%, ampliando o diferencial de performance com relação ao coeficiente importado. O fato de que esse resultado se deu em um momento de recuperação da economia, levanta a hipótese de que ainda existe, do ponto de vista das firmas, uma dificuldade de conciliar uma expansão simultânea das vendas no mercado interno e externo, com a solução do dilema tendendo a favorecer o primeiro. No entanto, o desempenho das exportações de manufaturados no último mês do semestre passado (com expansão de 22,5% em relação ao mesmo mês do ano passado) e no primeiro mês deste semestre (com crescimento de 11,5%), nos dão motivos para acreditar que essa situação e esses resultados possam ser revertidos a médio prazo.<sup>3</sup>

Em termos setoriais, o que se observa é que o salto no coeficiente importado foi praticamente generalizado. Todas as categorias de uso (Tabela 4) tiveram elevações acima de dois dígitos, com destaque para bens de consumo duráveis (liderado pelo setor *Fabricação de Outros Veículos*, isto é, motos, bicicletas, etc. Tabelas 1) e bens de capital-transporte (liderado pelo setor *Automóveis, Utilitários, Caminhões e Ônibus*, Tabela 1) cujos coeficientes cresceram, respectivamente 39% e 33,2% (sempre com relação a igual período do ano anterior). A categoria bens de capital continuou a apresentar um coeficiente importado bem superior ao das demais, atingindo a marca de 48,6%. Dentre os setores dessa categoria, *Material, Aparelhos*

---

<sup>3</sup> Corrigindo pelo número de dias úteis o crescimento foi um pouco menor, mas ainda expressivo. Isto é, 11% em junho e 12% em julho.

*Eletrônicos e de Comunicação* chama a atenção por ter superado, no indicador relativo à produção, a marca dos 100% (Tabela 1).

Pelo lado das exportações (Tabelas 3 e 6) o comportamento já não foi tão homogêneo, com a queda se concentrando nos setores de bens de consumo não duráveis (de 7%, com destaque para o setor *Conservas de Frutas e Legumes Incl. Sucos e Condimentos*, basicamente suco de laranja, ver Tabela 3) e bens intermediários elaborados (com retração de 14%, com destaque para os setores *Siderurgia e Resinas, Fibras e Elastômeros*, ver Tabela 3). O aspecto positivo foi o desempenho das categorias de duráveis (destaque para *Fabricação de Outros Veículos*, Tabela 3), bens de capital e bens de capital-transporte (destaque para *Automóveis, Utilitários, Caminhões e Ônibus*, Tabela 3) que tiveram aumentos acima de 10% nos seus coeficientes de exportação.

Em suma, os primeiros números para 1997 mostram claramente que, ao contrário do que o desempenho de 1996 poderia sugerir, o processo de reestruturação da indústria ainda segue em pleno vapor, e continua atingindo mais fortemente a indústria de bens de capital. O que é surpreendente não é tanto o nível do coeficiente importado atingido (em média baixo, dado o tamanho do mercado brasileiro e as nossas restrições em termos de capital, mão-de-obra qualificada e tecnologia), mas a velocidade com que ele voltou a crescer. Pelo lado das exportações, a queda no coeficiente exportado sinaliza que as exportações de manufaturados continuam a sofrer com a baixa rentabilidade das vendas externas *vis-à-vis* as internas, sem mencionar os problemas de carga fiscal, qualidade e produtividade. Os resultados das exportações de junho e julho, no entanto, deixam no ar a esperança de que as medidas do governo na área fiscal e financeira estão finalmente começando a reverter esse quadro.

**Tabela 1-Coefficientes de Penetração das Importações: Importação/Consumo Aparente \*\* 1989-97 (%)**

Sector Matriz	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1996 1º sem	1997 1º sem
01-Material Aparelhos Eletrônicos e de Comunicação	11,6	17,6	27,3	22,3	24,0	32,3	37,8	43,7	38,3	53,4
02-Máquinas, Equip. e Instalação Incl. Peças e Acessórios	13,3	20,8	31,2	21,8	26,3	32,7	41,1	49,3	43,2	51,1
03-Fabricação de Outros Veículos	18,8	23,1	27,6	27,2	28,0	21,8	25,3	31,6	28,1	45,4
04-Resinas, Fibras e Elastômeros	6,3	9,9	12,1	9,1	14,8	17,5	27,9	32,0	29,6	31,1
05-Elementos Químicos Não-Petroquímicos ou Carboquímicos	15,1	17,8	18,1	13,1	17,6	17,7	26,2	29,6	27,0	30,0
06-Tratores e Maquinaria Rodoviária Incl. Peças e Acessórios	1,7	3,5	13,3	7,3	7,2	6,2	16,6	23,8	22,0	26,3
07-Autobus e Peças p/Veículos	9,8	13,2	17,8	18,4	21,6	22,9	28,8	30,4	30,1	26,0
08-Motores e Peças p/Veículos	6,0	8,8	17,1	11,3	14,7	17,9	20,5	23,6	22,9	25,1
09-Condutores e Outros Materiais Elétricos Escl. p/Veículos	8,8	11,1	12,3	9,9	12,0	18,1	18,2	21,1	19,3	24,9
10-Equipamento p/ Produção e Distribuição de Energia Elétrica	8,2	9,2	15,6	9,8	13,8	12,0	15,8	19,9	17,8	24,8
11-Indústria da Borracha	4,8	5,2	6,5	5,7	8,0	13,3	20,3	20,4	19,5	24,4
12-Metalurgia das Não Ferrosas	8,0	9,0	11,4	10,9	14,6	14,5	20,6	19,0	18,8	22,3
13-Berçel., Fiação e Tecelagem de Fibras Naturais	3,5	3,9	6,6	4,6	14,2	13,0	15,6	20,6	15,9	19,4
14-Vidro e Artigos de Vidro	4,0	5,9	7,6	5,1	8,8	11,1	15,4	18,3	12,4	18,6
15-Indústria Farmacêutica	6,9	9,0	11,5	7,5	9,9	12,7	13,9	17,3	14,1	15,5
16-Automóveis, Utilitários, Caminhões e Ônibus	0,0	0,2	1,8	2,3	4,8	9,5	17,0	10,8	8,1	14,0
17-Aparelhos Receptores de TV, Rádio e Equipamento de Som	4,9	6,5	10,0	6,3	7,7	9,3	13,0	13,3	11,7	12,9
18-Fiação e Tecelagem de Fibras Artificiais ou Sintéticas	0,8	1,6	3,1	2,1	4,2	8,1	17,5	11,6	9,5	12,8
19-Produtos Químicos Diversos	5,7	5,0	4,8	5,7	8,5	11,0	13,6	12,8	12,1	12,7
20-Outras Industrias Têxteis	1,0	1,3	2,7	2,2	2,4	2,8	6,9	8,2	6,9	12,0
21-Apar. e Equip. Elétricos-Incl. Eletrodomésticos, Máq. Escrit.	3,8	4,0	5,8	3,8	7,2	8,3	10,4	11,4	10,8	11,7
22-Papel, Papelão e Artigos de papel	1,4	3,2	4,5	3,1	3,7	4,8	8,6	9,8	9,4	11,2
23-Petroquímica Básica e Intermediária	4,0	4,6	8,4	4,4	5,3	8,1	10,2	10,7	10,2	10,9
24-Calçados	0,4	0,7	2,3	0,6	1,2	2,6	6,0	7,9	6,7	9,9
25-Outras Industrias Alimentares	3,0	4,0	4,1	2,3	3,5	4,5	8,7	9,1	9,5	8,6
26-Conservas de Frutas e Legumes Incl. Sucos e Condimentos	2,3	3,9	3,7	3,6	5,0	5,8	9,0	6,5	7,5	8,3
27-Arquivos de Material Plástico	0,5	1,2	1,8	1,5	2,3	3,6	6,3	7,4	6,3	8,2
28-Indústria da Madeira	1,2	3,9	3,4	2,2	2,2	2,3	2,5	4,0	6,1	3,9
29-Outros Produtos de Miner. Não-Metálicos	1,8	2,3	3,0	2,4	2,5	3,1	4,8	6,2	5,0	7,5
30-Outros Produtos Metalúrgicos	1,8	2,3	3,0	2,4	2,5	3,1	4,8	6,2	5,0	7,5
31-Refinamento e Preparação do Leite e Laticínios	4,3	2,8	4,0	1,2	2,4	3,9	7,4	5,9	5,2	6,2
32-Indústria de Bebidas	3,5	4,4	5,1	3,5	3,4	3,5	6,1	6,0	5,2	6,0
33-Indústria de Papelaria, Sabões e Velas	1,6	1,6	2,1	1,2	1,7	2,6	4,4	4,7	3,9	5,5
34-Siderurgia	1,9	1,9	2,8	3,5	3,2	3,3	4,8	4,4	4,0	5,0
35-Celulose e Pasta Mecânica	3,8	4,5	4,5	2,8	5,6	3,4	6,4	4,7	5,0	5,0
36-Indústria do Fumo	0,1	0,1	0,8	0,9	1,0	1,3	1,8	2,0	1,2	3,2
37-Laminados Plásticos	0,2	0,7	0,9	0,6	0,7	2,1	6,3	4,1	5,0	2,5
38-Pedras e Estruturas de Concreto, Cimento e Fibrocimento	0,1	0,1	0,3	0,4	0,5	0,6	0,9	1,1	1,0	1,4
39-Cimento e Clinker	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,7	1,2	1,1	1,1	1,3
<b>TOTAL DA INDUSTRIA</b>	<b>4,8</b>	<b>6,3</b>	<b>8,6</b>	<b>6,7</b>	<b>9,0</b>	<b>11,1</b>	<b>15,4</b>	<b>16,1</b>	<b>14,0</b>	<b>17,7</b>

Fonte: elaboração própria \*\*em ordem decrescente de valor para 1997 \*\*\*1º sem.

Sector Matriz	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1998,1º sem.	1997 1º sem.
01-Materiais, Aparelhos Eletrônicos e de Comunicação	12,6	20,4	33,9	28,7	29,9	45,1	57,6	71,9	57,9	104,2
02-Máquinas, Equipamento e Instalação-Incl. Peças e Acessórios	14,2	23,7	38,6	24,7	29,9	36,4	57,6	76,8	81,6	83,2
03-Fabricação de Outros Veículos	17,6	22,6	28,9	26,8	31,2	22,3	28,3	34,5	27,6	56,2
04-Resinas, Fibras e Elastômeros	6,2	9,8	12,1	9,0	15,1	18,1	32,4	39,1	34,3	36,5
05-Elementos Químicos Não-Petroquímicos ou Carboquímicos	16,4	19,7	21,5	14,1	19,7	20,0	31,9	36,3	31,7	37,2
06-Autômos, Fertilizantes e Corret.Solo	10,8	14,9	21,1	19,2	26,9	28,1	35,3	42,3	41,7	34,6
07-Condutores e Outros Materiais Elétricos Excl. p/ Veículos	9,0	11,8	12,9	10,0	12,2	21,2	20,1	24,0	21,4	29,9
08-Equipamento p/ Produção e Distribuição de Energia Elétrica	8,4	9,5	15,8	9,7	13,7	11,5	15,9	20,7	18,4	28,8
09-Motores e Peças p/ Veículos	5,4	8,0	14,0	10,1	13,4	16,8	20,0	23,9	22,7	26,4
10-Indústria da Borracha	4,7	5,1	6,2	5,3	7,4	12,7	20,9	20,5	19,2	25,4
11-Benef., Fiação e Tecelagem de Fibras Naturais	3,4	3,7	6,1	4,4	15,1	13,6	16,3	23,2	17,0	21,3
12-Vidro e Artigos de Vidro	4,0	6,0	7,6	5,0	6,8	11,4	16,6	20,5	13,0	20,9
13-Tratarias e Maquinaria Rodoviária Incl. Peças e Acessórios	1,4	3,0	9,8	5,8	6,1	5,1	13,0	15,1	14,0	19,5
14-Metalurgia dos Não-Ferrosos	6,9	7,5	9,0	8,4	11,2	11,5	17,1	15,4	14,9	19,2
15-Indústria Farmacêutica	7,3	9,7	12,7	7,9	10,7	14,2	15,7	20,4	16,1	18,0
16-Automóveis, Utilitários, Caminhões e Ônibus	0,0	0,2	1,8	2,1	4,6	9,6	19,3	11,0	8,4	14,8
17-Fiação e Tecelagem de Fibras Artificiais ou Sintéticas	0,8	1,6	3,1	2,1	4,2	9,6	20,6	12,6	10,0	13,9
18-Aparelhos Receptores de TV, Rádio e Equipamento de Som	4,7	6,3	9,7	6,0	7,6	9,5	14,0	14,3	12,4	13,8
19-Produtos Químicos Diversos	5,8	5,1	4,8	5,8	8,7	11,3	14,2	13,3	12,6	13,4
20-Outros Industriais Têxteis	0,9	1,2	2,4	1,9	2,0	2,4	8,6	7,9	6,6	12,0
21-Apar. e Equip. Elétricos-Incl. Eletrodomésticos, Maq. Escri.	3,6	3,8	5,0	3,5	6,4	7,7	10,0	11,2	10,4	11,6
22-Petroquímica Básica e Intermediária	3,8	4,5	8,3	4,3	5,2	8,2	10,4	10,9	10,3	11,2
23-Papel, Papelão e Artéritos de papel	1,4	3,0	4,2	2,8	3,4	4,4	8,3	9,6	9,2	11,0
24-Outras Industrias Alimentares	0,5	1,2	1,8	1,4	2,3	3,6	6,6	7,7	6,6	8,7
25-Outros Produtos de Miner. Não Metálicos	1,8	2,2	2,9	2,3	2,3	2,9	4,6	6,0	4,8	7,3
26-Produtos de Cimento	1,5	2,3	3,6	2,1	3,2	3,0	4,5	5,5	5,0	6,7
27-Conservas de Frutas e Legumes Incl. Suços e Condimentos	4,5	2,8	4,2	1,2	2,5	4,1	8,0	6,3	5,4	6,6
28-Outros Produtos Metalúrgicos	3,6	4,5	5,3	3,6	3,5	3,5	6,3	6,3	5,4	6,3
29-Resfriamento e Preparação do Leite e Laticínios	0,3	0,5	1,3	0,4	0,8	1,8	4,4	5,1	4,3	5,8
30-Indústria de Bebidas	1,6	1,6	2,1	1,2	1,7	2,6	4,5	4,8	3,9	5,7
31-Calçados	1,0	2,3	2,3	1,6	1,6	1,5	2,5	3,7	2,5	5,0
32-Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas	1,6	1,6	2,2	2,6	2,3	2,5	3,7	3,4	2,9	4,1
33-Indústria da Madeira	2,8	3,2	3,1	2,0	3,5	2,5	4,2	3,7	3,8	3,9
34-Siderurgia	0,1	0,1	0,8	0,9	1,0	1,2	1,6	1,7	1,1	2,7
35-Celulose e Pasta Mecânica	0,2	0,7	0,9	0,6	0,7	2,1	6,6	4,3	5,3	2,6
36-Indústria do Fumo	0,1	0,1	0,3	0,4	0,5	0,6	0,9	1,1	1,0	1,4
37-Laminados Plásticos	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,7	1,2	1,1	1,2	1,3
38-Peças e Estruturas de Concreto, Cimento e Fibrocimento	0,1	0,1	0,3	0,4	0,5	0,6	0,9	1,1	1,0	1,4
39-Cimento e Clinker	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,7	1,2	1,1	1,2	1,3
Total da Indústria	4,5	6,0	8,1	6,3	8,5	10,7	15,3	16,3	14,0	18,6

Setor Matriz	Tabela 3-Coefficientes de Penetração das Exportações: Exportação/Produção * 1989-97 (%)												
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1998 1º sem	1997 1º sem			
01-Calçados	26,1	24,7	42,3	31,2	37,2	32,5	31,2	40,6	39,7	47,2			
02-Tratores e Maquinaria Rodoviária Incl. Peças e Acessórios	19,2	18,1	36,4	26,4	21,4	23,0	34,8	51,8	50,2	45,6			
03-Indústria da Madeira	14,8	23,9	35,4	28,2	33,5	39,3	40,4	42,5	40,2	41,5			
04-Metalurgia dos Não Ferrosos	20,6	24,2	30,4	30,9	34,9	32,0	34,0	34,4	35,4	32,8			
05-Fabricação de Outros Veículos	24,0	24,7	23,9	28,5	23,6	20,1	16,6	25,4	21,6	32,4			
06-Celulose e Pasta Mecânica	29,4	33,1	34,4	31,2	40,6	29,0	38,1	25,7	27,5	25,6			
07-Conservas de Frutas e Legumes Incl. Sucos e Condimentos	33,3	43,8	35,8	36,0	33,3	31,2	32,2	31,4	36,4	23,6			
08-Siderurgia	18,4	17,7	24,8	28,9	30,4	26,9	26,5	26,0	29,7	22,2			
09-Indústria da Borracha	6,6	7,4	10,6	11,8	14,6	17,2	18,1	19,8	21,0	21,3			
10-Motores e Peças p/Veículos	14,9	18,7	32,1	20,9	22,4	22,8	22,3	23,7	23,4	21,2			
11-Máquinas, Equip. e Instalação-Incl. Peças e Acessórios	7,8	8,4	14,9	11,5	16,2	18,9	17,4	21,0	18,9	20,3			
12-Indústria do Fumo	1,8	2,2	5,1	5,8	7,8	14,5	16,2	16,6	12,0	16,3			
13-Resinas, Fibras e Elastômeros	8,7	11,0	12,2	10,1	12,7	14,9	16,2	16,8	18,3	14,6			
14-Elementos Químicos Não-Petroquímicos ou Carboquímicos	7,6	8,9	9,0	6,4	7,8	7,0	10,2	13,6	14,1	13,3			
15-Papel, Papelão e Derivados de papel	3,2	8,4	10,1	10,7	11,3	12,6	12,0	11,7	11,3	12,7			
16-Apar. e Equip. Elétricos-Incl. Eletrodomésticos, Mq. Escrit.	9,0	9,2	15,6	12,4	17,3	15,0	13,6	13,6	14,1	12,6			
17-Equipamento p/ Produção e Distribuição de Energia Elétrica	6,4	6,5	14,7	10,8	14,7	15,6	15,0	16,5	15,3	12,6			
18-Outras Indústrias Têxteis	7,2	7,1	13,6	15,2	16,0	10,8	11,0	11,0	11,6	12,0			
19-Benef., Fiação e Tecelagem de Fibras Naturais	8,3	9,1	13,8	9,0	8,3	9,4	11,7	10,5	10,5	11,2			
20-Condutores e Outros Materiais Elétricos Excl. p/ Veículos	6,4	6,5	8,5	8,5	10,3	10,2	10,1	9,9	10,4	9,5			
21-Automóveis, Utilitários, Caminhões e Ônibus	8,0	6,3	8,3	10,6	8,2	8,1	5,9	7,2	5,4	9,2			
22-Outros Produtos de Miner. Não-Metálicos	4,3	5,0	6,7	6,2	7,9	8,9	9,3	9,5	8,7	9,0			
23-Material, Aparelhos Eletrônicos e de Comunicação	4,2	4,9	9,8	7,0	5,1	5,5	5,1	7,3	6,8	8,9			
24-Vidro e Artigos de Vidro	5,2	4,7	7,6	7,0	8,9	9,3	8,7	8,7	8,2	8,3			
25-Petroquímica Básica e Intermediária	8,1	8,2	10,3	6,4	6,6	7,3	8,8	8,4	8,7	7,9			
26-Produtos Químicos Diversos	4,1	3,5	3,9	4,9	6,9	8,3	9,5	8,8	8,4	7,4			
27-Aparelhos Receptores de TV, Rádio e Equipamento de Som	9,1	9,3	12,7	10,9	8,9	6,9	6,0	6,4	6,9	7,2			
28-Fiação e Tecelagem de Fibras Artificiais ou Sintéticas	2,2	1,9	3,9	5,4	3,9	4,2	3,0	4,3	4,4	4,7			
29-Outros Produtos Metalúrgicos	4,1	5,3	8,5	6,1	7,1	6,0	5,2	5,1	5,2	4,7			
30-Outras Indústrias Alimentares	3,7	4,4	5,1	4,7	5,5	4,7	4,2	3,5	3,5	3,9			
31-Artigos de Material Plástico	0,7	0,9	1,3	1,7	2,4	2,8	2,3	2,4	2,3	2,5			
32-Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas	1,4	1,1	1,8	1,6	2,5	2,6	2,8	3,0	3,0	2,4			
33-Indústria Farmacêutica	1,7	1,8	2,5	2,0	2,2	2,2	2,4	2,8	2,4	2,4			
34-Adubos, Fertilizantes e Corret. Solo	1,3	1,6	2,8	1,7	2,5	1,7	3,4	3,1	3,1	1,8			
35-Indústria de Bebidas	0,8	1,4	1,9	1,6	2,1	2,4	1,9	1,7	1,4	1,2			
36-Peças e Estruturas de Concreto, Cimento e Fibrocimento	0,6	0,7	0,7	0,7	1,0	0,8	1,1	1,1	1,1	1,2			
37-Laminados Plásticos	0,1	0,2	0,4	1,5	2,2	1,8	1,3	0,9	0,9	0,8			
38-Cimento e Clinker	0,3	0,4	0,3	0,2	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4			
39-Refinamento e Preparação do Leite e Laticínios	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0	0,1	0,2	0,2	0,0			
<b>TOTAL DA INDÚSTRIA</b>	<b>10,0</b>	<b>10,7</b>	<b>13,8</b>	<b>12,4</b>	<b>13,8</b>	<b>14,0</b>	<b>14,3</b>	<b>14,8</b>	<b>14,5</b>	<b>13,8</b>			

Fonte: elaboração própria \*em ordem decrescente de valor para 1997

Categoria de Uso*	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1996 1º sem	1997 1º sem
bens de consumo não-duráveis	3,2	3,6	4,8	3,3	4,4	5,5	8,2	7,9	7,1	9,1
bens de consumo duráveis	7,8	9,2	12,9	8,9	11,6	11,2	14,2	15,9	13,9	19,3
bens intermediários elaborados	5,0	6,1	8,0	6,7	9,6	11,1	14,8	15,8	14,3	16,3
bens intermediários	1,6	2,8	3,5	2,4	3,1	3,8	6,8	7,4	6,5	8,3
bens de capital	11,4	17,7	28,1	20,0	23,2	28,7	36,9	44,0	38,6	48,6
bens de capital, equipamento de transporte	2,1	3,2	6,3	5,4	8,0	12,3	18,1	15,5	13,6	18,1
<b>total</b>	<b>4,8</b>	<b>6,3</b>	<b>8,6</b>	<b>6,7</b>	<b>9,0</b>	<b>11,0</b>	<b>15,3</b>	<b>16,1</b>	<b>14,0</b>	<b>17,7</b>

Fonte: elaboração própria \* 1º sem.

Categoria de Uso	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1996 1º sem	1997 1º sem
bens de consumo não-duráveis	3,0	3,4	4,5	3,1	4,1	5,2	8,0	7,6	6,9	9,2
bens de consumo duráveis	7,4	8,9	12,3	8,4	11,2	11,1	14,8	16,6	14,2	20,7
bens intermediários elaborados	4,6	5,7	7,4	6,2	8,9	10,5	14,3	15,3	13,4	16,2
bens intermediários	1,5	2,6	3,2	2,1	2,7	3,3	6,0	6,7	5,9	7,7
bens de capital	11,9	19,8	33,3	22,2	26,4	34,3	50,2	65,1	52,9	77,6
bens de capital, equipamento de transporte	1,9	3,0	5,6	4,9	7,5	12,1	19,5	15,9	13,8	19,1
<b>total</b>	<b>4,5</b>	<b>6,0</b>	<b>8,1</b>	<b>6,3</b>	<b>8,5</b>	<b>10,7</b>	<b>15,5</b>	<b>16,3</b>	<b>14,0</b>	<b>18,6</b>

Fonte: elaboração própria \* 1º sem.

Categoria de Uso	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1996 1º sem	1997 1º sem
bens de consumo não-duráveis	7,7	8,7	9,8	9,2	10,8	10,3	11,0	10,8	9,6	9,0
bens de consumo duráveis	12,6	12,7	16,6	14,7	14,8	12,0	10,5	12,1	11,9	13,6
bens intermediários elaborados	12,0	12,6	15,9	14,3	16,5	16,7	17,6	18,4	19,5	16,7
bens intermediários	7,1	10,2	12,3	11,7	14,2	15,6	17,1	15,4	15,3	15,2
bens de capital	7,7	7,9	14,7	11,3	12,8	15,0	14,2	17,3	15,9	17,9
bens de capital, equipamento de transporte	10,5	10,8	15,7	14,2	12,9	13,3	11,8	13,4	12,2	13,7
<b>total</b>	<b>10,0</b>	<b>10,7</b>	<b>13,8</b>	<b>12,4</b>	<b>13,8</b>	<b>14,0</b>	<b>14,3</b>	<b>14,8</b>	<b>14,5</b>	<b>13,8</b>

